



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2023

Processo Licitatório nº: 400/2023

Processo de Recurso nº 19.963/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, aquisição, sob demanda **MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS**, para atender às necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: LATTANZI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, LATTANZI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico nº 135/2023.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 135/2023, processo apenso ao de Recurso nº 400/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 06 de julho de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e o respectivo membro da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 400/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 135/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, aquisição, sob demanda **MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS**, para atender às necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

No dia 21/07/2023 às 16:16:33h foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 135/2023;

Foram registradas quatro intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;



Comissão de Pregão II

A empresa LATTANZI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA apresentou recurso para os itens 111 e 112.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

" ... após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada as empresas citadas, ao arrepio das normas editalícias."

a) " TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA - POR NÃO POSSUIR ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA COM OBJETO COMPATÍVEL AO CERTAME E NÃO POSSUIR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL AO OBJETO LICITADO."

b) " TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA - FALTA CND DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR."

c) "J MONTEIRO MATERIAL ELÉTRICO, CONSTRUÇÃO E BAZAR LTDA - NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL AO OBJETO LICITADO"

d) "VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA - POR NÃO POSSUIR ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA COM OBJETO COMPATÍVEL AO OBJETO LICITADO."

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) "De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja



Comissão de Pregão II

anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se as empresas inabilitadas para prosseguir no pleito. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93."

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida **VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA** argumenta que "a recorrente alega, em síntese, que o ITEM 112 (SACOS DE LIXO), da presente licitação, não seria compatível com o objeto social de nossa empresa. Todavia, esta alegação não merece prosperar."

"Importante esclarecer que o objeto social de nossa empresa, conforme consta em nosso contrato social, é bastante amplo, abrangendo diversas atividades que se enquadram no objeto licitado, conforme os CNAES a seguir:

- 46.49-4-08 – COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
- 46.79-6-99 – COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
- 46.86-9-02 – COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS "

A empresa argumenta que:

"Por outro lado, a lei não exige uma correspondência exata entre o objeto do contrato social e o objeto da licitação."



Comissão de Pregão II

"Ademais, a jurisprudência e os tribunais de contas têm entendido que a limitação à participação de licitantes com base na análise do objeto social do contrato deve ser realizada de forma ponderada, e deve considerar o princípio da competitividade, que tem por finalidade garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública."

A empresa Vi Mercadorias afirma e pede o seguinte:

"Portanto, o objeto licitado é compatível com o contrato social de nossa empresa, uma vez que estamos aptos a fornecer os produtos conforme as exigências e especificações contidas no Edital. Assim, é possível concluir que não há fundamento na alegação de incompatibilidade entre o objeto da licitação e o contrato social de nossa empresa. A nossa participação no certame é plenamente legítima e legal, respeitando todas as normas aplicáveis. Por fim, solicitamos que as alegações da Recorrente sejam rejeitadas, por serem infundadas e sem qualquer amparo legal."

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA argumenta que: "o item 111 (saco de lixo), da presente licitação, não seria compatível com o objeto social de nossa empresa. Entretanto, esta alegação não merece prosperar."

Alega que "Mister é esclarecer que o objeto social de nossa empresa abrange várias atividades que se enquadram no objeto licitado, conforme os CNAES a seguir:

47.13-0-02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral"



Comissão de Pregão II

A empresa aduz que "Além disso, a lei não exige uma correspondência exata entre o objeto do contrato social e o objeto da licitação."

Afirma ainda que "Além do exposto, a jurisprudência e os tribunais de contas têm entendido que a limitação à participação de licitantes com base na análise do objeto social do contrato deve ser realizada de forma ponderada, e deve considerar o princípio da competitividade, que tem por finalidade garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública."

Finaliza alegando que "o objeto licitado é compatível com o contrato social de nossa empresa, uma vez que estamos aptos a fornecer os produtos conforme as exigências e especificações contidas no Edital."

A empresa TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA não apresentou contrarrazão.

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."



Comissão de Pregão II

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Destaco que os pedidos de recurso enviados pela recorrente para os ITENS 111 e 112 são idênticos e, dessa forma, a decisão aqui exarada abrangerá ambos os itens, assim como os demais itens inicialmente vencidos pelas empresas envolvidas neste recurso administrativo.

Além disso, as contrarrazões enviadas pela empresa VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA também são iguais e serão consideradas da mesma forma para todos os efeitos, conforme supramencionado.

Dito isso, passa-se à análise do mérito do recurso interposto pela empresa LATTANZI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA.

✓ Com relação às alegações da recorrente "a":

Cabe destacar que a empresa TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA apresentou documento em conformidade ao exigido em edital no item 17.3 do edital:

17.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente.

Além disso, ao realizar uma análise dos itens nos quais a empresa TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA sagrou-se vencedora, observa-se que se tratam apenas



Comissão de Pregão II

de "SACOS PLÁSTICOS PARA LIXO", de forma que s.m.j. está dentro de seu escopo de comercialização, definido no objeto social do contrato da empresa, qual seja "comércio varejista de materiais de construção em geral".

O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal permite três conclusões possíveis no que se refere à questão da qualificação técnica como requisito à habilitação prévia dos interessados em participar de processos licitatórios implementados pela Administração Pública:

- Termo 'qualificação técnica', previsto no mencionado dispositivo constitucional, é genérico e comporta a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional;
- A exigência de qualificação técnica, como pressuposto indispensável à garantia mínima de que aqueles que vierem a contratar com a Administração cumprirão suas obrigações, prevista expressamente no texto constitucional acima indicado, está reproduzida no inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993 e não constitui, por si só, quando inserida nos instrumentos convocatórios, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações realizadas pelo Poder Público;
- As exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, entretanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, mas constituir tão-somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre,



Comissão de Pregão II

previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

Acórdão 1523/2005 Plenário (Relatório do Ministro Relator)

Há de se ver que exigências excessivas, se por um lado garantem interessados aptos a executar o contrato, por outro podem afastar potenciais licitantes que poderiam executar o objeto licitado a contento. Ou seja, exigências a maior atentam contra a busca da melhor proposta pela administração.

Por outro lado, exigências excessivamente brandas ou insuficientes podem levar a contratação de licitantes que não detenham condições de executar o objeto a contento.

Diante disso, é possível extrair, através de uma leitura atenta do instrumento convocatório, a seguinte exigência:

20.1 Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

Dessa forma, a empresa TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA apresentou o Atestado de Capacidade técnica com objeto de complexidade superior ao especificado, cumprindo os requisitos dispostos no item 20.1 do edital.

✓ Com relação às alegações da recorrente "b":

A empresa TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA forneceu o documento "Certidão negativa de falência" solicitado no item 19.1 do edital.

De acordo com a redação do edital pode-se verificar o que é exigido:



Comissão de Pregão II

19.1 - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

Ainda segundo o edital :

19.1.1.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, **poderá apresentar**, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. **A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.**

Além disso, devido ao fato de a empresa ser sediada no Estado de São Paulo, pode-se constatar no corpo do documento apresentado a seguinte informação: *"Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo."*

Além disso, como forma de complementar a documentação apresentada, foi juntado aos autos, a certidão de cartórios distribuidores padronizada,



Comissão de Pregão II

fornecida pelo poder judiciário de São Paulo, obtida no site oficial <https://extrajudicial.tjsp.jus.br/certidoes/concorrenca-publica/cadastro>.

Destaco que a referida CERTIDÃO de Nº: 1313733 emitida em 03 de maio de 2023, apresentada pela empresa TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA, no ato da participação do certame, por si só, já garante o atendimento integral ao solicitado em edital referente ao item 19.1.

✓ Com relação às alegações da recorrente "c":

Registra-se que a empresa J MONTEIRO MATERIAL ELÉTRICO, CONSTRUÇÃO E BAZAR LTDA sequer teve sua documentação de habilitação analisada por esta comissão, tendo em vista que a referida empresa não se sagrou vencedora de nenhum item no certame em comento.

✓ Com relação às alegações da recorrente "d":

Em princípio, registro que a empresa VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA apresentou atestado de capacidade técnica, documento que busca comprovar que a empresa possui condições para efetuar a entrega do material ofertado, no qual constam os itens correlatos ao objeto do certame e seus respectivos quantitativos fornecidos a uma empresa, conforme Atestado de Capacidade Técnica constante dos autos.

A empresa VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA apresentou documento em conformidade ao exigido em edital no item 17.3 "Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente".

Além disso, conforme documento emitido pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM e de acordo com o Cartão do CNPJ da empresa VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA constam os CNAEs



Comissão de Pregão II

referentes aos códigos 4649408 Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação Domiciliar e 4686902 Comércio Atacadista de Embalagens, dentre outros.

Destaco que no escopo do objeto social da empresa VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA consta a seguinte atividade: " 46.45-1-01 Comércio Atacadista de instrumentos e materiais ...".

Em breve verificação ao site do IBGE, disponível em <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=subclasse&tipo=cnae&versao=10.1.0&subclasse=4645101&chave=46-45-1> o qual pormenoriza a hierarquia dos CNAEs e suas subclasses é possível analisar o seguinte:

<u>G</u>	COMERCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Divisão:	46 COMERCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Grupo:	46.4 Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar
Classe:	46.45-1 Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico
Subclasse:	4645-1/01 Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

É possível verificar que, conforme disposto acima, consta como seu ramo de atividade "*Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar*".

Com relação ao disposto em edital, pode-se verificar o seguinte ponto de exigência para participação no certame:



Comissão de Pregão II

6.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:

6.1.1 Estejam *legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação*, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

Dessa forma, é Princípio da Licitação a **ampla concorrência**. Portanto, a desclassificação de participantes exclusivamente por ausência de similitude do objeto social com aquele indicado como de interesse de aquisição pela Administração não encontra respaldo na legislação de regência.

A orientação do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que *"as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa."* (Mandado de Segurança 5.606-DF)

O Art. 28 da Lei 8.666/93 que trata da documentação relativa à habilitação jurídica é taxativo e não comporta interpretação extensiva de modo, principalmente, a restringir a participação do maior número possível de concorrentes.

MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações, 9ª ed. Dialética, p. 303, explica que no Direito Brasileiro não vigora o princípio da especialidade da pessoa jurídica, de tal modo que o contrato social não confere "poderes" para a pessoa jurídica praticar atos dentro de limites precisos. A pessoa jurídica tem personalidade jurídica ilimitada.



Comissão de Pregão II

Assim, não poderá ser realizada uma análise literal relativa à descrição do objeto licitado e aquele disposto no contrato social dos licitantes. Isso porque não se pode exigir que os atos constitutivos das pessoas jurídicas licitantes apontem exatamente o objeto da licitação, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não consagra o princípio da especialidade no que diz respeito à personalidade das pessoas jurídicas.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **LATTANZI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 135/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, e opto pela **MANUTENÇÃO** do julgamento anteriormente proferido, **HABILITANDO** as empresas **TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA**, **TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA** e **VI MERCADORIAS E SERVIÇOS EM GERAL LTDA** no Pregão em comento.

Por todo o exposto, encaminho o presente processo ao Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, para decisão final acerca do presente recurso administrativo.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 01 de agosto de 2023.

Mayco Videira Sartório
Pregoeiro Substituto – Comissão de Pregão II
Matrícula: 105.916